



**MINISTÉRIO DA SAÚDE
CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE**

**RESUMO EXECUTIVO DA TRICENTÉSIMA DÉCIMA NONA REUNIÃO
ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE - CNS**

Data: 4 e 5 de julho de 2019

Local: Plenário do Conselho Nacional de Saúde “Omlton Visconde” – Ministério da Saúde, Esplanada dos Ministérios, Bloco G, Anexo B, 1º andar – Brasília/DF

OBJETIVOS DA 319ª REUNIÃO ORDINÁRIA:

1. Socializar os informes e apreciar as indicações.
2. Assistir e apreciar o tema do Radar que abordará “As conquistas e desafios no Sistema Único de Saúde, para consolidar a política nacional de saúde integral da população LGBT”
3. Aprofundar o debate sobre os Efeitos da Desvinculação de Receita da União para o SUS.
4. Conhecer e debater sobre a PEC 39/2019.
5. Atualizar e articular ações da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa – CONEP.
6. Contribuir e deliberar acerca da Invisibilidade da Mulher Com Deficiência
7. Analisar, deliberar as demandas da Comissão Intersetorial de Recursos Humanos e Relações de Trabalho – CIRHRT e discutir o contexto atual do Exame Nacional de Revalidação de Diplomas Médicos expedidos por Instituição de Educação Superior Estrangeira – REVALIDA.
8. Conhecer e debater as Perspectivas da Implementação da Política Nacional de Vigilância em Saúde no Brasil.
9. Apreciar e deliberar as demandas da Comissão Intersetorial de Orçamento e Financiamento – COFIN.
10. Apresentar e apreciar as questões da 6ª Conferência Nacional de Saúde Indígena a da 16ª Conferência Nacional de Saúde.
11. Socializar e deliberar as demandas das Comissões Intersetoriais, Câmaras Técnicas, Grupos de Trabalho, Coordenação de Plenárias dos Conselhos de Saúde e encaminhamentos do Pleno.

ITEM 1 – APROVAÇÃO DAS ATAS DA 316ª e 317ª REUNIÕES ORDINÁRIAS DO CNS. APROVAÇÃO DA PAUTA DA 319ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CNS - Coordenação: conselheiro **Fernando Zasso Pigatto**, Presidente do CNS; e conselheira **Vanja Andréa Reis dos Santos**, da Mesa Diretora do CNS

APROVAÇÃO DAS ATAS DA 316ª e 317ª REUNIÕES ORDINÁRIAS DO CNS

Deliberação: as atas da 316ª e 317ª Reuniões Ordinárias do CNS foram aprovadas por unanimidade.

APROVAÇÃO DA PAUTA DA 319ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CNS

Deliberação: a pauta da reunião foi aprovada por unanimidade.

ITEM 2 – EXPEDIENTE - Justificativa de ausências. Apresentação de Convidados (as), novos Conselheiros (as) e Coordenadores (as) de Plenária de Conselhos de Saúde. Datas representativas para a saúde no mês de julho.

Coordenação: conselheira **Elaine Junger Pelaez**, da Mesa Diretora do CNS

Apresentação: **Ana Carolina Dantas Souza**, Secretária-Executiva do CNS

Justificativa de ausências – Não houve.

Apresentação de Convidados (as), novos Conselheiros (as) e Coordenadores (as) de Plenária de Conselhos de Saúde – Américo de Jesus Soares Araújo – MA. José Nazareno Lima Tavares – AP. Palmira da Soares Rangel – PR. Pedro Gonçalves de O. Neto – PA. Valdo Teodosio de Almeida – RN.

Datas representativas para a saúde no mês de julho - Julho amarelo - combate às hepatites virais. 1º de jul. - Dia da Vacina BCG. 1º de jul. - Dia do Enfermeiro de Saneamento. 5 de jul. - Dia do Hospital. 5 de jul. - Dia Mundial da Alergia. 10 de jul. - Dia da Saúde Ocular. 11 de jul. - Dia Mundial da população. 13 de jul. - Dia do Estatuto da Criança e do Adolescente. 15 de jul. - Dia Nacional do Homem. 20 de jul. - Dia do Amigo e Internacional da Amizade. 25 de jul. - Aniversário de Criação do Ministério da Saúde. 25 de jul. - Dia Internacional da Mulher Negra Latino Americana e Caribenha. 25 de jul. - Dia do Motorista. 26 de jul. - Dia dos Avós. 27 de jul. - Dia Nacional de Prevenção de Acidentes de Trabalho. 27 de jul. - Dia do Pediatra. 27 de jul. - Dia do Motociclista. 28 de jul. - Dia Mundial de Luta Contra as Hepatites Virais.

Indicações

1) O Conselho Nacional dos Direitos Humanos – CNDH solicita de indicação de representante da sociedade civil para compor a Comissão Especial do Conselho Nacional dos Direitos Humanos – CNDH.

Indicação: conselheiro **Fernando Zasso Pigatto**

2) 5º Congresso Brasileiro de Homeopatia Popular Comunitária. Data: 8, 9 e 10 de agosto de 2019. Local: Chapada dos Guimarães/MT.

Indicação: conselheira **Simone Leite Batista**.

3) 3º Encontro Brasil e EUA de Autismo. Data: 15 a 17 de agosto de 2019. Local: Recife/PE.

Indicação: conselheira **Marisa Furia Silva**.

4) Convite da Associação Brasileira de Saúde Mental - ABRASME para o 3º Fórum de Direitos Humanos e Saúde Mental”. Data: 28, 29 e 30 de junho de 2019. Local: Campus da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis/SC.

Indicação: conselheiro **Moysés Longuinho Toniolo de Souza**.

Deliberação: as indicações foram aprovadas por unanimidade.

Informes

1) Informe sobre o estudo realizado pelo DIEESE a respeito da crescente importação de medicamentos e consequentemente “exportação de empregos”.

Apresentação: conselheiro **João Donizete Scaboli**

2) Informe sobre a Medida Provisória nº 881

Apresentação: conselheira **Débora Melecchi**

Sugestão: comissões debatam o tema e definam encaminhamentos contra essa Medida.

3) Informes da Articulação Nacional de Movimentos e Práticas de Educação Popular em Saúde – ANEPS. **3.1** Iniciação em Reiki nos dias 29 e 30 de junho em Brasília onde foram iniciadas 9 (nove) pessoas no nível I e 1 (uma) pessoa do nível II. **3.2** Congresso de Práticas Integrativas e Complementares em Saúde – PICS, da região Norte, em setembro, na cidade de Manaus – Governo do Estado. **3.3** Congresso Brasileiro de Ciências Sociais e Humanas em Saúde da ABRASCO com Tenda Paulo Freire e Tenda de Cuidados, de 25 a 30 de setembro, em João Pessoa, na Universidade Federal da Paraíba (UFPB). **3.4** Site do II Congresso de Práticas Integrativas e Complementares em Saúde – PICS e 4º de Congresso Nordestino, em Lagarto/Sergipe

Apresentação: conselheira **Simone Maria Leite Batista**.

4) Realização de ato público em defesa do SUS durante a 16ª Conferência Nacional de Saúde. Data: 5 de agosto de 2019.

5) Convite para evento da Rede Unida. Data: 5 de agosto de 2019.

6) Seminário Obesidade Infantil – Como evitar uma geração adoecida?”. Data: 10 de julho de 2019. Local: Auditório Nereu Ramos, Câmara dos Deputados.

ITEM 3 – RADAR - AS CONQUISTAS E OS DESAFIOS NO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE PARA CONSOLIDAR A POLÍTICA NACIONAL DE SAÚDE INTEGRAL DA POPULAÇÃO LGBT.

Coordenação: conselheiro **Moysés Longuinho Toniolo de Souza**, da Mesa Diretora do CNS

Apresentação: **Marina Reidel**, diretora de Promoção dos Direitos LGBT/MMFDH; e **Marcos Peixinho**, Coordenação de Garantia da Equidade – COGE/DESF/SAPS/MS; e conselheiro **Delmiro José Carvalho Freitas**, representante da Articulação Brasileira de Gays – ARTGAY

Deliberação: neste ponto, o Pleno decidiu convidar novamente o Coordenador **Marcus Peixinho**, após a 16ª Conferência, para atualizar

informações sobre essa temática, especialmente sobre questões orçamentárias e detalhamento da sua apresentação; e formalizar, via ofício, as perguntas feitas pelos conselheiros e conselheiras durante o debate e não respondidas a contento, em virtude da exiguidade de tempo da pauta ou impossibilidade de detalhamento.

ITEM 4 – COMISSÃO NACIONAL DE ÉTICA EM PESQUISA – CONEP

Coordenação: conselheira **Priscilla Viegas**, da Mesa Diretora do CNS

Apresentação: conselheiro **Jorge Alves de Almeida Venâncio**, coordenador da CONEP/CNS; e conselheira **Francisca Valda da Silva**, coordenadora adjunta da CONEP/CNS

Deliberação: neste item, o Pleno reafirmou a importância de manter a defesa do substitutivo ao PL 7.082/2017, aprovado anteriormente no Pleno do CNS e de promover mobilização em defesa da CONEP na 16ª Conferência Nacional de Saúde.

ITEM 5 – PROPOSTA DE EMENDA CONSTITUCIONAL - PEC 39/2019

Coordenação: conselheiro **Jurandi Frutuoso Silva**, da Mesa Diretora do CNS; e conselheira **Elaine Junger Pelaez**, da Mesa Diretora do CNS

Apresentação: Senador **Marcelo Castro**, ex-Ministro de Estado da Saúde e ex-conselheiro do CNS

Deliberação: neste ponto, o Pleno decidiu aprovar recomendação do CNS solicitando a aprovação da PEC nº. 39/2019 no Senado Federal (a recomendação foi apreciada no último item da pauta); remeter o tema para debate na 16ª Conferência; e propor audiência no Senado Federal para assegurar apoio à PEC do senador.

ITEM 6 – PERSPECTIVAS DA IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE NO BRASIL

Coordenação: conselheiro **Fernando Zasso Pigatto**, Presidente do CNS

Apresentação: **Wanderson Kleber de Oliveira**, Secretário de Vigilância em Saúde – SVS/MS

Deliberação: neste ponto de pauta, as deliberações foram as seguintes: **1)** antecipar a reunião ordinária do CNS do mês de dezembro de 2019 para os dias 5 e 6 a fim de possibilitar a participação do Conselho na EXPOEPI; **2)** após a 16ª Conferência Nacional de Saúde, aprofundar o debate sobre as questões relacionadas à vigilância epidemiológica; **3)** fazer devolutiva relativa à implementação das propostas da 16ª Conferência, com repasse de ações às comissões, conforme definido no planejamento do CNS; **4)** contribuir para divulgação de experiências exitosas na EXPOEPI; **5)** apreciar a Recomendação referente à Medida Provisória nº. 881 (o documento foi votado no último item da pauta); **6)** contribuir na formulação da política de vigilância do campo; e **6)** remeter o tema “vigilância em saúde nas fronteiras” à Mesa Diretora do CNS para ser pautado no CNS.

ITEM 7 – INVISIBILIDADE DA MULHER COM DEFICIÊNCIA

Coordenação: conselheira **Vanja Andréa Reis dos Santos**

Apresentação: conselheira **Vitória Bernardes**, psicóloga, integrante do Coletivo Feminista Helen Keller de Mulheres com Deficiência e União Brasileira de Mulheres; **Anna Paula Feminella**, especialista em Gestão Pública/Escola Nacional de Administração Pública; e **Raila Cortes Barbosa**, representando a Coordenação Geral de Saúde da Pessoa com Deficiência-CGSPD/DAET/SAES

Neste item, foram apresentadas as seguintes propostas: efetivar a avaliação biopsicossocial da deficiência, conforme prevê a Lei Brasileira de Inclusão, com capacitação para agentes públicos; divulgar a Lei Brasileira de Inclusão e sua aplicação no SUS; solicitar a realização de campanhas para inclusão e acessibilidade da mulher com deficiência nas Unidades Básicas de Saúde, com linguagem acessível, Libras e audiodescrição; incluir as mulheres com deficiência na PNAISM; realizar oficina do CNS com o tema “mulheres com deficiência”; e definir agenda conjunta MS/CNS, por meio das comissões intersetoriais, com a finalidade de identificar pessoas com deficiência para construir indicadores para acompanhamento de saúde.

ITEM 8 – OS EFEITOS DA DESVINCULAÇÃO DAS RECEITAS DA UNIÃO PARA O SUS

Coordenação: conselheira **Priscilla Viégas Barreto de Oliveira**, da Mesa Diretora do CNS

Apresentação: **Maria Lucia Fatorelli**, Coordenadora do Movimento Auditoria Cidadã da Dívida; e **Geraldo Julião Júnior**, Subsecretário de Assuntos Fiscais do Ministério da Economia

Deliberação: neste ponto de pauta, o Pleno aprovou, por unanimidade, os seguintes encaminhamentos: **1)** remeter à comissão organização da 16ª Conferência a proposta de realização de atividade para tratar sobre os efeitos da DRU para o SUS, auditoria da dívida e renúncia fiscal; **2)** remeter recomendações ao Congresso Nacional sobre os efeitos da DRU para a saúde e auditoria da dívida pública; **3)** solicitar ao sistema de conselhos que promovam debate sobre os efeitos da DRU para o SUS, auditoria da dívida e renúncia fiscal e PEC 06, utilizando como subsídio os materiais produzidos pelo CNS; **4)** fazer apanhado de perguntas ao ministério da Economia – incluir inclusive o questionamento da convidada **Maria Lucia Fatorelli** sobre emissão de títulos de dívida pública para o saneamento; **5)** repercutir o material do CNS sobre esse tema nas entidades para capilarizar a temática; e **6)** realizar audiência pública no Congresso sobre auditoria da dívida e sistema da dívida pública.

ITEM 9 – COMISSÃO INTERSETORIAL DE ORÇAMENTO E FINANCIAMENTO – COFIN

Coordenação: conselheiro **André Luiz Oliveira**, da Mesa Diretora do CNS e coordenador da COFIN/CNS; **Marcos Moreira**, da Subsecretaria de Planejamento e Orçamento – SPO/MS; e **Francisco Funcia**, assessor da COFIN/CNS

Deliberação: neste ponto, o Pleno decidiu encaminhar a análise preliminar do RAG 2018 aos coordenadores das comissões do CNS, para que contribuam nas áreas temáticas, com devolutiva até 5 de agosto de 2019; e enviar para as comissões (coordenação) as respostas dadas pelas áreas do MS, para subsidiar os trabalhos das comissões.

ITEM 10 – COMISSÃO INTERSETORIAL DE RECURSOS HUMANOS E RELAÇÕES DE TRABALHO – CIRHRT - Processos e informes. EXAME NACIONAL DE REVALIDAÇÃO DE DIPLOMAS MÉDICOS EXPEDIDOS POR INSTITUIÇÃO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR ESTRANGEIRA – REVALIDA

Coordenação: conselheira **Priscilla Viégas Barreto de Oliveira**, da Mesa Diretora do CNS; conselheira **Nara Monte Arruda**, coordenadora adjunta da CIRHRT/CNS

Apresentação: **Henry de Holanda Campos**, reitor da Universidade Federal do Ceará

Deliberação: neste item, o Pleno aprovou os dezenove pareceres de autorização e reconhecimento de cursos, sendo treze satisfatórios com recomendações, com uma abstenção e seis insatisfatórios, por unanimidade e a devolução de um processo, de Autorização de Curso de Psicologia, do Centro Universitário FACVEST, na modalidade EaD, com ofício, justificando o posicionamento contrário do CNS à autorização e reconhecimento de cursos de graduação da área da saúde, nesta modalidade. Além disso, o Pleno decidiu que: **1)** a Recomendação *Ad Referendum*, elaborada pela CIRHRT/CNS, ao Ministério da Educação - MEC sobre o Exame Nacional de Revalidação de Diplomas Médicos expedidos por Instituição de Educação Superior Estrangeira – Revalida seria apreciada no último item da pauta; **2)** que a CIRHRT deverá articular com a Câmara dos Deputados, na Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público e na Comissão de Educação, a realização de audiência pública sobre o REVALIDA; **3)** que deverão ser solicitadas informações e respostas à SGTES/MS e ao MEC sobre o REVALIDA, utilizando, se necessário, a Lei de Acesso à Informação (LAI); **4)** que a recomendação sobre a Mesa Nacional de Negociação Permanente do SUS - MNNP/SUS, elaborada pela Comissão, seria apreciada no último item da pauta; **5)** que a CIRHRT articule na Câmara dos Deputados, especificamente na Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público (Deputada Marcivânia Flexa), audiência pública sobre a extinção da MNNP/SUS; **6)** que o tema da MNNP/SUS seja pautado no Pleno do CNS em momento oportuno; e **7)** que seja construída, em conjunto com o Ministério da Saúde, uma agenda política para debater a extinção da MNNP/SUS.

ITEM 11 – 6ª CONFERÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE INDÍGENA E 16ª CONFERÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE

Coordenação: conselheiro **Fernando Zasso Pigatto**, Presidente do CNS; e conselheira **Vanja Andréa Reis dos Santos**, da Mesa Diretora do CNS

6ª CONFERÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE INDÍGENA

Apresentação: **Sílvia Waiãpi**, secretária da SESAI; e **Záira Tronco Salerno**, da Comissão Organizadora da 6ª CNSI

Deliberação: convidar a SESAI/MS para apresentar a nova estrutura da Secretaria e o planejamento das ações e serviços para o próximo período na reunião de agosto ou setembro, a depender da agenda da Secretária **Sílvia Waiãpi**.

A próxima reunião da Comissão Organizadora da 6ª CNSI será realizada em 25 de julho de 2019.

16ª CONFERÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE

Apresentação: conselheiro **Geordeci Menezes de Souza**, da comissão organizadora da 16ª Conferência; **Ana Carolina Dantas**, secretária executiva do CNS; e conselheira **Francisca Valda da Silva**, da comissão organizadora da 16ª Conferência

Não houve encaminhamentos.

ITEM 12 – COMISSÕES E ENCAMINHAMENTOS DO PLENO - Câmaras Técnicas. Coordenação de Plenária de Conselhos de Saúde.

Coordenação: conselheira **Elaine Junger Pelaez**, da Mesa Diretora do CNS; e conselheiro **Moysés Longuinho Toniolo de Souza**, da Mesa Diretora do CNS

Composição das comissões do CNS

Deliberação: aprovadas, por unanimidade, as indicações apresentadas pelo segmento dos gestores/prestadores de serviço para as comissões do CNS, com exceção da Comissão Intersetorial de Saúde Suplementar. Os segmentos dos usuários e dos trabalhadores de saúde apresentarão as indicações na próxima reunião do CNS.

1) Recomendação nº 026, de 17 de junho de 2019. Recomenda ao Ministério da Educação *ad referendum* do Pleno do CNS: que reconheça o histórico e o consequente amadurecimento dos programas governamentais implementados até aqui, tendo em vista a resolubilidade para questões estruturais da formação médica no Brasil, da distribuição e fixação dos profissionais pelo território nacional, entre outros, visando a universalidade, equidade e integralidade da atenção à saúde para todos os brasileiros e brasileiras; que o Instituto Nacional de Educação e Pesquisa Educacionais Anísio Teixeira (INEP) seja protagonista no atual processo de discussão, inclusive na elaboração e aplicação do Exame Nacional de Revalidação de Diplomas Médicos, de forma que os resultados reflitam aspirações do Estado brasileiro; que amplie, democraticamente, assegurando a participação de entidades ou instituições representativas de médicos estrangeiros das diversas nacionalidades, bem como de médicos brasileiros formados no exterior, na discussão sobre o Exame Nacional de Revalidação de Diplomas Médicos expedidos por Instituição de Educação Superior Estrangeira (Revalida) para além do Grupo de Trabalho recém-criado; e que o Conselho Nacional de Saúde (CNS), enquanto órgão colegiado de caráter permanente e deliberativo, integrante da estrutura regimental do Ministério da Saúde, composto por representantes do governo, de prestadores de serviços, de profissionais de saúde e de usuários do SUS, possa participar ativamente da atual discussão, com o conjunto de suas entidades

representativas, enquanto representação máxima do controle/participação social em saúde.

Deliberação: a recomendação foi aprovada por unanimidade.

2) Minuta de Recomendação. Recomenda à Presidência da República que revogue o Decreto nº 9.897, de 1º de julho de 2019; ao Ministério da Economia que atenda à Recomendação nº 21 do CNS no sentido de aumentar a tributação dos refrigerantes e outras bebidas açucaradas em, no mínimo, 20%, por meio de tributos específicos com o objetivo de reduzir seu consumo e prevenir doenças e que utilize os recursos obtidos com o referido aumento de impostos para financiar políticas de enfrentamento à obesidade infantil.

Deliberação: a recomendação foi aprovada por unanimidade.

3) Minuta de recomendação. Recomenda ao Congresso Nacional que não aprove a MP nº 881 e respectivas emendas que ferem a dignidade humana e desconsideram o direito à saúde, a assistência farmacêutica e os papéis dos órgãos fiscalizadores e que realize audiência pública para amplo debate democrático dos temas abordados pela MP nº. 881/2019.

Deliberação: a recomendação foi aprovada por unanimidade.

4) Minuta de recomendação. Recomenda ao Ministério da Saúde que mantenha o objetivo nº 5 no Plano Nacional de Saúde 2020-2024 e inclua a Política de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas no PPA 2020-2024, cumprindo-se, desta forma, a Constituição Federal de 1988 e a legislação do SUS.

Deliberação: a recomendação foi aprovada por unanimidade.

5) Minuta de recomendação. Recomenda ao Senado Federal: 1) que seja realizada audiência pública para debater o Projeto de Emenda Constitucional nº. 39/2019, em conjunto com a sociedade civil organizada, com vistas a ampliar a legitimidade do processo legislativo e reforçar a democracia participativa por meio da representação de amplos setores da sociedade brasileira; e 2) que aprove a Proposta de Emenda Constitucional nº. 39 de 2019, com vistas a vincular as rendas do petróleo à educação e saúde e excluir essas despesas do teto de gastos instituído pelo Novo Regime Fiscal.

Deliberação: a recomendação foi aprovada por unanimidade.

6) Minuta de recomendação. Recomenda aos Senadores que compõem a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) e a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado Federal: que não aprovem o PL nº 3.589/2019, que tramita nestas comissões, em decisão terminativa, em consonância com a recomendação da OMS, de que o uso responsável de Medicamentos Isentos de Prescrição (MIPs) deve ser feito de forma segura e segundo orientação de profissional habilitado, uma vez que os altos índices de intoxicação por medicamentos no Brasil podem ser agravados com a referida medida normativa.

Deliberação: a recomendação foi aprovada por unanimidade.

7) Minuta de recomendação. Recomenda à Procuradoria Geral da República que interceda, no âmbito de suas competências, no processo de reinstalação

da MNNP-SUS, conforme Resolução CNS nº 331, de 4 de novembro de 2003; e às entidades que compõem o Pleno do Conselho Nacional de Saúde que avaliem a possibilidade de ingressarem com Ação Direta de Inconstitucionalidade - ADI acerca do Decreto nº 9.759, de 11 de abril de 2019, tendo em vista que limita a participação social, compromete a autonomia do controle social e a gestão democrática no Sistema Único de Saúde.

Deliberação: a recomendação foi aprovada por unanimidade, com acréscimo.

8) Minuta de recomendação. Recomenda ao Congresso Nacional que: revogue imediatamente a Emenda Constitucional 93/2016, que aumentou a Desvinculação das Receitas da União de 20% para 30% e que criou a Desvinculação das Receitas dos Estados e dos Municípios, bem como a Emenda Constitucional 95/2016 que alterou as regras dos pisos federais em saúde e educação para desvincular da receita, dentre outras; e reprove quaisquer Propostas de Emenda Constitucional (PEC) e/ou Projetos de Lei de natureza infraconstitucional (PL) que sejam encaminhados pelo Poder Executivo com o objetivo de promover a desvinculação das despesas às receitas atualmente em vigor, inclusive se tratar da extinção do piso federal em saúde.

Deliberação: a recomendação foi aprovada por unanimidade, com um acréscimo.

Informe da Coordenação de Plenária de Conselhos de Saúde.

Não houve encaminhamento.